

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 921.647 SÃO PAULO**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: BANCO DO BRASIL S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FLÁVIO OLÍMPIO DE AZEVEDO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MILENA PIRAGINE</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: JOSE TREVELIN</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ELISANGELA GOMES DA SILVA</b>

**Vistos, etc.**

A matéria restou submetida ao Plenário Virtual para análise quanto à existência de repercussão geral no RE 633.360-RG, *verbis*:

**“Extraordinário. Inadmissibilidade. Multa. Litigância de má-fé. Tema infraconstitucional. Precedentes. Ausência de repercussão geral. Recurso extraordinário não conhecido.** Não apresenta repercussão geral recurso extraordinário que, tendo por objeto a aplicação de multa por litigância de má-fé, com fundamento no art. 18 do CPC, nos casos de interposição de recursos com manifesto propósito protelatório, versa sobre tema infraconstitucional.” (RE 633.360-RG, Rel. Min. Presidente, Pleno, DJe 31.8.2011)

O art. 328 do RISTF autoriza a devolução dos recursos extraordinários e dos agravos de instrumento aos Tribunais ou Turmas Recursais de origem para os fins previstos no art. 543-B do CPC.

**Devolvam-se** os autos à Corte de origem.

Publique-se.

Brasília, 09 de outubro de 2015.

Ministra Rosa Weber

Relatora